

DOCUMENTAÇÃO

Tendências modernas da biblioteca

HELICIA DIAS

*"The true university of these days
is a collection of books" Carlyle.*

*
* *

No exame da função desempenhada pela Biblioteca na sociedade moderna verificam-se, cada vez mais acentuadas, as seguintes tendências:

1. socialização;
2. cooperação entre os serviços nela executados;
3. standardização e simplificação dos métodos de trabalho.

SOCIALIZAÇÃO

1. A *socialização* da Biblioteca, antes apenas formal ou teórica, é hoje um fato real, facilmente comprovável pela análise das condições econômicas e sociais que concorreram para essa transformação.

Existiram no século passado numerosas bibliotecas particulares. Raro era o homem público, ou mesmo de profissão liberal, como médico ou engenheiro, que não possuísse a sua biblioteca própria, instalada em casas amplas e confortáveis. A escassez de habitações adequadas, tornando quase obrigatória a moradia em apartamentos de exíguas dimensões, para a grande maioria da população — fenômeno aliás observado em todo o mundo de após-guerra — foi um dos primeiros fatores a modificar aquele hábito. E são conhecidos de todos nós aqueles casos onde, com o desaparecimento do chefe da casa, via-se a família a braços com o problema de doar ou vender a qualquer instituição a biblioteca legada.

Além disso, o astronômico aumento geral no custo da vida verificado nas últimas décadas deste século, aliado à elevação de preço na própria indústria do livro — tornando quase proibitiva a sua aquisição — foram os principais responsáveis pela queda do consumo de livros por particulares.

Observemos a nós mesmos, como representantes da classe média, em face desse problema da compra de livros, e muito nos surpreenderemos com o resultado da observação. De fato, habituamo-nos a comprar apenas o estritamente necessá-

rio: livros didáticos para nossos filhos, alguns dicionários lingüísticos e bilíngües, livros sobre educação e assistência à criança, e um ou outro de ficção — romance ou poesia — que seja muito de nosso agrado. Pois é isso, apenas, o que geralmente comporta uma estante de casa de família... Quanto ao restante — livros técnicos, últimas novidades em nossa profissão, ou a imensa variedade de obras sobre todos os assuntos que possam interessar a cada um de nós — acostumamo-nos, insensivelmente a dispensar, ou então a procurar emprestado na biblioteca mais próxima.

Esse recuo no consumo de livros é tão geral, tão da atualidade, que tem dado motivo, ultimamente, a várias crônicas e notícias de jornal. Dentre elas citamos:

"Informa-se de Belo Horizonte: das 50 livrarias existentes na capital mineira antes da guerra, apenas 10 estão funcionando regularmente. Os livreiros responsabilizam o preço exorbitante do livro como causa fundamental da crise reinante. Será apenas isso?" (Correio da Manhã, julho de 1949)

Na reportagem de Pedro Gomes (Diário de Notícias, 3 de julho de 1949), sob o título dramático — A crise do livro ameaça a cultura nacional — vemos o autor entrevistar a vários editores sobre o que ele chama a crise do livro e, com os mesmos editores, por entre frases pessimistas como: "a fase do livro já passou", "o desprezo ao livro", "estaria deflagrada uma desastrosa crise de consumo", "a debâcle é universal nos domínios da leitura — não foi só o homem brasileiro que deixou de comprar livros...", etc., chegar a uma conclusão inteiramente falsa do problema — "a cultura brasileira está em perigo..."

Ao nosso ver, aquele tempo das "vacas gordas" chorado pelos editores, de fato já passou. E, pelas razões já apontadas:

- falta de acomodações adequadas ao colecionamento de livros em casa;
- aumento do custo de vida e aumento do custo do livro, em desacôrdo com o padrão médio de ordenados;
- e, principalmente, por já sentir o público que é através da biblioteca, funcionando realmente como uma verdadeira institui-

ção social, tão imprescindível quanto uma escola, hospital ou universidade, que êle deverá receber o mais moderno aperfeiçoamento para sua técnica, o conhecimento das obras mais variadas da literatura universal, enfim, tudo aquilo que foi, antigamente, apenas o privilégio de alguns.

COOPERAÇÃO

2. *Cooperação entre os serviços nela executados*

“cooperation is obviously one of the most promising methods of attacking the problem of high costs” (Wilson and Tauber, *The university library*)

E' quase desnecessário descrever as vantagens de um trabalho feito cooperativamente, e salientar o resultado obtido por um conjunto de esforços, em contraste com aquêle proveniente de uma iniciativa isolada ou individual.

A definição do cooperativismo como doutrina econômica é aquela que preconiza “a difusão das sociedades cooperativas, cujo fim é suprimir, quanto possível, os intermediários na vida econômica, para que os lucros dêstes revertam em benefício dos produtores ou consumidores associados.” (Álvaro Magalhães, *Dicionário enciclopédico brasileiro ilustrado*).

Entretanto, num sentido mais largo, pode-se dizer também, que é um agrupamento voluntário de várias entidades semelhantes, com o sentido de melhor servir a uma finalidade.

A sua aplicação em bibliotecas vem sendo tentada há vários anos, e todos os autores são unânimes em reconhecer as vantagens que a mesma lhes poderá trazer. John L. Thornton, em *Special libraries methods*, diz: “as condições modernas tornaram o isolamento impossível, porque, o contato com instituições possuindo problemas similares estimula o progresso que é necessário à existência de uma viva coleção de livros.” No *Annual Report of the Librarian of Congress*, de 1948, lemos: “Já foi descoberto há muito tempo que o trabalho de biblioteca é uma atividade para a qual uma cooperação interinstitucional, numa larga base, não somente é beneficiadora e desejável, como também absolutamente essencial.”

Os planos de trabalho cooperativo entre bibliotecas passaram por uma longa fase de discussão e experiência, e somente hoje atingiram, nos E. U. A. e em alguns países europeus, o seu pleno desenvolvimento. Sobre essa experiência estrangeira devem estar atentos os países onde se verifica algum atraso nas atividades da biblioteca, pois poderão, daí em diante, realizar com mais segurança, e pelos processos mais modernos, tôdas as operações que ainda lhes restam completar nesse terreno.

As atividades de biblioteca que têm sido resolvidas por medidas cooperativas são:

a) *Aquisição de livros*. Esse trabalho importa numa rotina trabalhosa. Requer conheci-

mento e pesquisa minuciosa de bibliografias, fontes de informação cada vez mais numerosas, contato com livrarias, editôras, encomenda, etc. Feito por uma biblioteca ou uma agência central, seria enormemente facilitado e beneficiado, além de trazer a vantagem dos grandes descontos que uma compra de maior vulto sempre comporta.

E' interessante observar o resultado obtido com o *Plano Farmington*, realização da Biblioteca do Congresso, em 1948, destinado à aquisição cooperativa de publicações estrangeiras para bibliotecas de pesquisas. Verificou-se que tôdas as bibliotecas desse gênero importam livros estrangeiros. E, que agindo elas isoladamente, aplicando o critério geral de seleção, viriam tôdas a comprar o *melhor livro* de um determinado assunto. Conseqüentemente, entrariam no país vários exemplares de uma só obra, em detrimento do conjunto de *todos os bons livros* do assunto em questão, cujo conhecimento global, evidentemente, traria maior aproveitamento ao público. Com o planejamento cooperativo da encomenda, a seleção tem sido orientada de forma a que cada publicação estrangeira de valor de entrada em alguma biblioteca do país. Há ainda a vantagem de cada biblioteca saber onde encontrar as obras complementares do mesmo assunto.

Do *Plano Farmington* participaram 31 bibliotecas americanas, que aceitaram a responsabilidade da encomenda e pagamento de tôdas as obras especializadas de determinado assunto, enquanto a Biblioteca do Congresso incumbia-se da compra de tôdas as outras publicações restantes. Os assuntos cujas publicações completas foram adquiridas são: Heráldica, Genealogia, Esporte, Educação (teoria, psicologia, Kindergarten, etc.), Escolas (higiene, arquitetura, etc.), Ciência militar, Ciência naval, etc. E os países fornecedores foram: França, Suécia, Suíça, Bélgica, Holanda, México. (*Annual Report L. of Congress*, 1948, p. 84/85).

b) *Aquisição de aparelhos elétricos* (Hollerith ou outros) para confecção de cartões do leitor, duplicação e impressão de fichas, montagem e equipamento de laboratório para microfotografias, etc., todos de grande vantagem para as pequenas bibliotecas, as quais, mediante um gasto reduzido, dispõem de materiais os mais aperfeiçoados.

c) *Catálogo e Classificação*. São de grande alcance as possibilidades nesse terreno. Se pensarmos em tôdas as dificuldades provenientes da aprendizagem dessas técnicas, todo o tirocínio e experiência que requerem, todo o tempo que absorvem, veremos que se trata, realmente, de um trabalho destinado a ser feito por um órgão central, e por uma equipe ultra-especializada de funcionários.

Essas atividades processam-se cooperativamente pela participação de várias bibliotecas junto a uma instituição para êsse fim credenciada. Nos Estados Unidos a Biblioteca do Congresso vende a outras bibliotecas, desde 1901, as duplicatas das suas fichas impressas. Esse foi o seu primeiro passo para a catalogação cooperativa.

Dá em diante, aquela Biblioteca não poupou esforços para aperfeiçoar o seu sistema de distribuição de fichas, e, durante o ano de 1948 vendeu 22.272.564 fichas a outras bibliotecas. (op. cit. p. 94).

Aqui no Brasil, trabalho semelhante é realizado pelo Serviço de Intercâmbio de Catalogação, instalado no 7.º andar do Min. da Fazenda, e que é uma cooperação entre a Fundação Getúlio Vargas, o D.A.S.P. e a Imprensa Nacional.

O S.I.C. já recebe fichas de 54 bibliotecas cooperantes, fichas essas que, depois de revistas para fins de uniformização, são mandadas imprimir na Imprensa Nacional e, em seguida, postas à disposição de outras bibliotecas que as desejarem. Publica o *Catálogo de Fichas Bibliográficas* (1948), "o qual reúne em uma única ordem alfabética os autores e títulos das obras já catalogadas por diversas bibliotecas brasileiras, dando para cada uma o número de impressão correspondente, número pelo qual pode a ficha ser encomendada."

Tal iniciativa deve ser merecedora de todo apoio por parte das bibliotecas brasileiras, e nunca é demais ressaltar as vantagens que nela podem ter ponto de partida:

- facilidades que oferece para a confecção do *Catálogo Coletivo das Bibliotecas Brasileiras*, em elaboração na Fundação Getúlio Vargas;
- possibilidade de entrosamento com o plano de aquisição cooperativa do livro. Isto é, encomenda do livro feita paralelamente com a encomenda da ficha;
- enorme economia e facilidades proporcionadas às bibliotecas que dispõem de pessoal reduzido e inexperiente; as bibliotecas que precisam atualizar seus sistemas de catalogação e classificação; àquelas, enfim, que não dispõem de verba suficiente. Deve-se considerar que uma coleção de 6.000 fichas importa em Cr\$ 960,00, quantia correspondente apenas ao salário mensal de um servente.

*
* *

Sobre o capítulo da *cooperação entre bibliotecas* cremos que muito ainda terá que ser dito, pois suas possibilidades serão imensas no futuro.

Todavia, no momento presente, o que mais importa encarecer aos bibliotecários brasileiros é a necessidade premente de espírito de colaboração, do trabalho feito por equipe, de isenção para reagir contra individualismos e partidarismos vãos, e da compreensão, enfim, de que, dentro de uma biblioteca há coisas muito mais importantes a realizar do que uma mesquinha disputa de regras na preparação do livro que é — afinal de contas — apenas o veículo da sabedoria que contém.

A propósito, transcrevemos judiciosas palavras de Henry Evelyn Bliss, publicadas em seu livro *The organization of knowledge in libraries*:

"Porque os principais ramos do conhecimento humano, e os principais conceitos e relações da ciência impessoal, são mais estáveis do que os interesses pessoais, práticos e intelectuais do homem, os quais passam, assim como passa a mente de quem os sustentou" (p. 318)

ESTANDARDIZAÇÃO

3. *Estandardização e simplificação dos métodos de trabalho.*

"closely affecting the problem of central cataloguing is the question of simplification and standardization of cataloguing rules" (Report of librarian of Congress, p. 21)

Êsse assunto é como um corolário dos anteriores. Por força do que foi dito nos mesmos, vê-se que uma das mais importantes tendências atuais da biblioteconomia diz respeito à *estandardização e simplificação* das regras destinadas à preparação dos livros. E, pela simples razão de que, quanto mais intuitivas e racionais forem essas regras, tanto mais largamente aplicáveis serão, resultando daí, sob todos os ângulos, enormes benefícios para a biblioteca como função social.

Com relação às normas para *catalogação* de livros, voltamos a citar o Relatório de 1948 da Biblioteca do Congresso. Vemos no mesmo, à p. 22, que a referida Biblioteca adotou, desde 1908, as regras de catalogação do Código da *American Library Association*.

Entretanto, o custo crescente da catalogação mostrou que deviam ser evitados os excessivos detalhes bibliográficos ali indicados. Como consequência resolveu aquela entidade elaborar, em 1946, um novo Código para seu próprio uso. Êsse novo código foi impresso em 1947, submetido a experiências durante um ano, e, finalmente aprovado em junho de 1948 em realização da Conferência da American Library Association, ficando, porém, ainda sujeito a "posteriores modificações no interesse da simplificação".

As *Regras para a Catalogação Descritiva da Biblioteca do Congresso*, de que ainda não temos conhecimento, passaram desde então a ser o padrão oficial de catalogação nas bibliotecas americanas.

Ainda a favor da tese de simplificação das regras de catalogação, chamamos atenção para a vantagem que tal fato traria para vários problemas, e principalmente para aquele que diz respeito à *catalogação atrasada*, problema existente em quase todas as grandes bibliotecas e como que a desafiar todas as providências tomadas nesse sentido, até hoje.

Como exemplo citamos o que vem dito em — *Columbia University. Report of the Director of Libraries for the academic year ending june 30,*

1947, p. 15: "It would take approximately \$40,000 annually for a period of five years in addition to present appropriations to clear up the 142,229 volumes awaiting cataloguing..." "We have been doing what we could to simplify procedures..."

Com a eleição da diretoria da *Associação Brasileira de Bibliotecários*, recentemente levada a efeito, é de se esperar que também entre nós alguma coisa seja realizada no sentido da *simplificação e estandardização* dos métodos de trabalho a serem postos em prática nas bibliotecas brasileiras.

Quanto à *Classificação* a adotar, cremos que a eleição de 2 ou 3 alternativas — por ex: Dewey, Congresso e Bruxelas — apostas à ficha impressa, daria a necessária elasticidade. Cada biblioteca adotaria a que lhe parecesse mais indicada, restando-lhe ainda o recurso do desdobramento ou acréscimo de cabeçalhos de assunto, de acôrdo com

a maior ou menor especialização da biblioteca em questão.

BIBLIOGRAFIA

U. S. Biblioteca do Congresso. Annual Report of the Librarian of Congress for the fiscal year ending-june, 30, 1948, Washington, U.S. Government Printing Office, 1949.

Henry Evelyn Bliss — The organization of Knowledge in libraries and the subject-approach to books. 2d. ed N.Y., H.W. Wilson c., 1939.

Wilson and Tauber — The University library. Chicago, University press, 1945.

Columbia University — Report of the Director of Libraries for the Academic year ending June, 30, 1947, N. York, Morningside Heights, 1948.

* *
*

Administração Direta, o pessoal que trabalha num órgão pode trabalhar em qualquer dos outros (Escriturário da Fazenda pode passar para a Agricultura); o material de um pode ser utilizado por outro, mediante simples expediente burocrático (canhões do Exército podem ser entregues à Aeronáutica); o dinheiro que um gasta provém da mesma fonte que o dinheiro gasto pelos outros (o Tesouro Nacional é a fonte comum de abastecimento); as normas que regulam as atividades meios são as mesmas para todos (há um só Estatuto para todos os funcionários); o patrimônio é um só, embora cada órgão administra os que lhe são confiados (o D.A.S.P. está alojado em dois andares do Palácio da Fazenda e não paga aluguel). Além disso, há mais o fato relevante de que nenhum desses órgãos tem projeção externa pode falar em seu próprio nome, assumir obrigações com terceiros ou exigir direitos. Isso quer dizer que nenhum deles tem personalidade própria, é pessoa jurídica. Se, por exemplo, o Serviço de Economia Rural, do Ministério da Agricultura, impedindo, abusivamente, a exportação de uma partida de laranjas, der prejuízos a certo produtor, esse poderá reclamar em Juízo a respectiva indenização, citando, porém, a Fazenda Nacional, a União, e jamais o Serviço de Economia Rural ou o próprio Ministério da Agricultura. E' que, que na Administração Direta, a personalidade é da União, e que, custeia os serviços ou paga os prejuízos é o Tesouro Nacional. Na Administração Indireta, dá-se justamente o contrário: cada órgão tem seu próprio pessoal (Escriturário do Instituto dos Comerciantes não trabalha no Instituto do Açúcar e do Alcool); seu material (as máquinas de escrever que estiverem sobrando no Banco do Brasil não podem ser requisitadas para o Instituto de Resseguros); seu dinheiro (se faltar dinheiro para pagamento de benefícios aos Industriários, nada tem com isso o Instituto de Marítimos); seu patrimônio (os navios do Loide Brasileiro não podem ser requisitados pelo Serviço de Navegação da Amazônia); suas normas instrumentais (os regulamentos de pessoal do S.A.P.S. independem dos regulamentos de pessoal da Companhia do Vale Rio Doce); sua personalidade jurídica (cada órgão da Administração Indireta responde, perante terceiros, pelo que faz e pode exigir direitos em seu próprio nome). — (*Celso de Magalhães* — Revista do Serviço Público — maio de 1949 — pág. 49).

* *
*

"O país é uma vasta feitoria que a metrópole explora pelos processos coloniais os mais retrógrados. Se a despesa federal, já em 1932, era de \$2.859.669 contos de réis, empregavam-se na Capital e quase exclusivamente para a Capital \$2.465.728 contos, ou 86,22%. E os \$393.941 contos restantes, ou 13,22%, gastos fora da Capital, não eram a mais bem dizer que despesas de ocupação e de exploração". — (*M.A. Teixeira de Freitas* — Revista do Parlamento, n.º 4 — pág. 74 — 1947).